

## TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações  
Contábeis Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas  
adotadas no Brasil e IFRS.

31 de dezembro de 2022

REA 016/2023

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balanços Patrimoniais.....	6
Demonstrações do Resultado do Exercício .....	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da  
**TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
Curitiba – PR – Brasil

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terra Nossa Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Nossa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiros (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

A Companhia se utiliza de taxas emanadas pela Receita federal do Brasil – RFB para o cálculo de depreciação de seus recursos controlados apresentados no Ativo Imobilizado, deste modo, não realiza um estudo detalhado acerca das vidas úteis

remanescentes atualmente utilizadas como base para respaldar seu cálculo de depreciação. Diante disso, não é possível opinar acerca da necessidade ou não de alterar as expectativas de vida útil remanescente de seus recursos controlados, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos nenhum assunto que consideramos de matéria relevante para menção em nosso relatório de auditoria.

### Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção,

supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

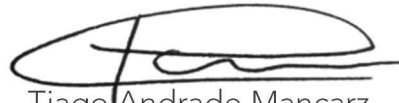
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 07 de março de 2023.

VBR BRASIL – VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC - PR 008.722/O-5  
CVM - PR 12.475



Wesley Montechiari Figueira  
Sócio Responsável  
CRC- PR 038.884/O-7  
CNAI 1.222



Tiago Andrade Mancarz  
Contador  
CRC PR 064611/O-2  
CNAI 4.880

# TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos Patrimoniais  
31 de dezembro de 2022  
(Em reais)

Ativo	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		<u>12.544.327</u>	<u>11.182.367</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.853	1.332.449
Aplicações financeiras	5	7.699.091	4.668.124
Tributos a recuperar	6	301.364	176.706
Despesas antecipadas		371	363
Outras contas a receber		165	-
Partes relacionadas	7	4.540.483	5.004.725
Não Circulante		<u>13.984.502</u>	<u>15.656.312</u>
Realizável a longo prazo		12.989.835	14.597.115
Partes relacionadas	7	12.989.835	14.597.115
Imobilizado	8	<u>994.667</u>	<u>1.059.197</u>
Total do Ativo		<u><u>26.528.829</u></u>	<u><u>26.838.679</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços Patrimoniais  
31 de dezembro de 2022  
(Em reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		128.631	72.707
Obrigações sociais e tributárias	9	116.814	72.707
Outras contas a pagar		11.817	-
Não Circulante		1.401.612	2.803.709
Outras contas a pagar	10	1.401.612	2.766.081
Provisões passivas	11	-	37.628
Patrimônio Líquido	12	24.998.586	23.962.263
Capital social		20.695.148	20.695.148
Reserva de lucros		4.303.438	3.267.115
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		26.528.829	26.838.679

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do Resultado do Exercício  
31 de dezembro de 2022  
(Em reais)

---

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Despesas operacionais		<u>(288.602)</u>	<u>(194.607)</u>
Despesas gerais e administrativas	13	(288.602)	(194.607)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(288.602)</u>	<u>(194.607)</u>
Resultado financeiro	14	<u>3.451.894</u>	<u>1.423.240</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>3.163.292</u>	<u>1.228.633</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	<u>(478.081)</u>	<u>(60.718)</u>
Resultado do exercício		<u><u>2.685.211</u></u>	<u><u>1.167.915</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	Reservas de lucros			Total Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas legal	Reservas de lucro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.695.148	201.364	2.879.528	3.080.892	-	23.776.040
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.167.915	1.167.915
Juros sobre capital próprio	-	-	(981.692)	(981.692)	-	(981.692)
Constituição de reserva de lucros	-	58.396	1.109.519	1.167.915	(1.167.915)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.695.148	259.760	3.007.355	3.267.115	-	23.962.263
Ajustes de Exercício Anteriores	-	-	68	68	-	68
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.685.211	2.685.211
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.648.956)	(1.648.956)	-	(1.648.956)
Constituição de reserva de lucros	-	134.261	2.550.950	2.685.211	(2.685.211)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.695.148	394.021	3.909.417	4.303.438	-	24.998.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	2.685.211	1.167.915
Ajustes		
Depreciação e amortização	64.530	63.269
Ajuste de exercícios anteriores	68	-
Reversão de contingências	(37.628)	(37.627)
Lucro do exercício ajustado	2.712.181	1.193.557
Variações nos ativos e passivos		
Ativos financeiros	(3.030.967)	264.729
Tributos a recuperar	(124.658)	199.287
Despesas antecipadas	(8)	229
Outras contas a receber	(165)	205
Obrigações sociais e tributárias	44.107	(252.106)
Outras contas a pagar	(1.352.652)	834.439
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.752.162)	2.240.340
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(35.666)
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	(35.666)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contratos de mútuo com partes relacionadas	2.071.522	80.337
Juros sobre capital próprio	(1.648.956)	(981.692)
Caixa líquido das atividades de financiamento	422.566	(901.355)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.329.596)	1.303.319
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.332.449	29.130
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.853	1.332.449
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.329.596)	1.303.319

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Terra Nossa Participações S.A., Companhia constituída sob a forma de sociedade de ações de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 03.278.434/0001-46, com sede na cidade de Curitiba, Paraná.

A Companhia iniciou suas operações em 24 de setembro de 2014, opera como Holding de investimentos do Grupo Sorrento e atualmente possui os seguintes objetos sociais:

I - Holdings de instituições não-financeiras – ou seja, pode atuar no investimento e participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades ou empreendimentos, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária;

II - Compra e venda de imóveis próprios

III - Aluguel e administração de bens móveis e imóveis

## 2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.14.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do *IFRS* e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS's* não está disponível no Brasil.

## 2.1. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2022, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Empresa:

**Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual:** As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

**Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido:** As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

**Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato:** As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros:

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações contábeis estão abaixo apresentadas:

**Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

**Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020.

**Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de

políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS: As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

**Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis:** A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração".

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro.
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações: As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

**Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação:** As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

**O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas:** As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
  - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.
  - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo.
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Companhia.

## 2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com base nas categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; (iii) empréstimos e recebíveis; (iv) valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; (v) passivos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (vi) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A classificação para os ativos financeiros depende do modelo de negócio da Companhia que está por adquirir o ativo financeiro e as características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros adquiridos.

#### a) Mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras nesta classificação, conforme nota explicativa nº 4 e 5.

#### b) Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía outras contas a receber e partes relacionadas nesta classificação, conforme nota explicativa nº 7.

#### c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 10.

### 2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios do recurso controlado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

### 2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança.

#### 2.5. INVESTIMENTOS

Eventuais investimentos da Companhia em coligadas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R2 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora. A Companhia não possuía saldos de investimentos nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### 2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 8.

A Companhia optou por não fazer refletir o custo atribuído na data da sua adoção inicial.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Instalações	10
Veículos	05
Móveis e utensílios	10
Informática e eletrônicos	05

A Companhia não está depreciando os seus itens de acordo com as normas ditadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tendo em vista que o seu impacto seria irrelevante para estas demonstrações contábeis.

## 2.7. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

## 2.8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## 2.9. CONTAS A PAGAR

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.10. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 2.11. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, cujas operações estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

## 2.12. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especificações de cada tipo de receita.

### a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos, respeitando o regime de competência.

## 2.13. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## 2.14. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo,

com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

**a) Ativos e passivos contingentes**

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

**Passivos contingentes** - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

**b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Empresa é optante para o exercício de 2022 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Real trimestral e à tributação do PIS e COFINS segue a modalidade não cumulativa.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 60.000 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### **3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

#### **3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS**

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões

tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

### 3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

### 3.3. RISCO DE MERCADO

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

#### b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não tenha risco de liquidez.

## TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa	1.917	611
Bancos conta movimento	936	953
Bancos conta investimento (i)	-	1.330.885
<b>Total</b>	<b><u>2.853</u></b>	<b><u>1.332.449</u></b>

(i) Conta corrente aberta em corretoras de investimento, o qual o valor está disponível para retirada sem estar vinculada a nenhuma aplicação financeira ou taxa de rendimentos pós ou pré-fixados.

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Incluem ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme abaixo:

##### a) Classificação por natureza e categoria

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Fundo de investimentos	378.148	339.382
Certificados de depósitos bancários	7.320.943	4.328.742
<b>Total do Ativo Circulante (i)</b>	<b><u>7.699.091</u></b>	<b><u>4.668.124</u></b>

(i) As aplicações financeiras realizadas pela Companhia estão bloqueadas temporariamente para garantir operações financeiras realizadas pela empresa La Violetera, que é parte relacionada da Companhia. Devido ao fato de

oferecer valores com liquidez total tais empréstimos foram realizados à La Violetera com taxas diferenciadas.

#### b) Valor justo

O valor justo das cotas de fundos de investimento é determinado com base no valor da cota divulgada pelo respectivo administrador.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras com taxas prefixadas, o valor justo é apurado através do fluxo de caixa descontado com base em taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.

Para as operações compromissadas e investimentos em letras financeiras pós-fixadas, os valores contábeis são considerados equivalentes ao seu valor justo.

O valor justo dos títulos públicos federais é determinado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA ou, na ausência destes, por preços obtidos através de técnicas de avaliação que melhor reflitam seu valor de venda.

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Compreendem valores de imposto de renda saldo negativo o qual foi recolhido a maior durante o ano, os quais são convertidos a saldos a serem compensados durante os períodos seguintes por meio da declaração de compensação, bem como, valores retidos de imposto de renda sob as operações de aplicação financeira. O saldo de crédito para 31 de dezembro de 2022 é R\$ 301.364 (R\$ 176.706 para 31 de dezembro de 2021).

## TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

#### 7. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas são relativas a contratos de mútuo, concedidos a parte relacionada Importadora de Frutas La Violetera, que possui vínculo de direto com os acionistas da Companhia. Abaixo a situação atual das operações com partes relacionadas nas datas de apresentação destas demonstrações contábeis:

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativo circulante</b>		
Importadora de Frutas La Violetera - 2020 (i)	4.290.630	4.754.184
Importadora de Frutas La Violetera - 2021 (i)	249.853	250.541
	<u>4.540.483</u>	<u>5.004.725</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
Importadora de Frutas La Violetera - 2020 (i)	12.275.033	13.884.820
Importadora de Frutas La Violetera - 2021(i)	714.802	712.295
	<u>12.989.835</u>	<u>14.597.115</u>
<b>Total</b>	<u><u>17.530.318</u></u>	<u><u>19.601.840</u></u>

- (i) As transações referem-se a saldos em aberto de contratos de mútuos no montante principal de R\$ 19.000.000, dos quais foram concedidos R\$ 18.019.700 em 2020 e o restante em 2021, com recebimentos programados no prazo de 48 meses, com carência conferida de pagamento de principal mais juros até setembro de 2021, sendo o primeiro vencimento para o mês de outubro de 2021 e último vencimento para setembro de 2025, remunerados a taxa DI B3 pro rata die, acrescidos de 2% de juros ao mês. Nestas demonstrações contábeis, o saldo a receber do contrato principal mais juros incorridos é de R\$ R\$ 19.601.840.

#### 8. IMOBILIZADO

##### a) Abertura do imobilizado

			31.12.2022	31.12.2021
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	4%	1.189.338	(278.278)	911.060
Móveis e utensílios	10%	168.200	(84.593)	83.607
<b>Total</b>		<u>1.357.538</u>	<u>(362.871)</u>	<u>1.059.197</u>

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2022	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2021
<u>Custo</u>	1.357.538	-	-	-	1.357.538
Edificações	1.189.338	-	-	-	1.189.338
Móveis e utensílios	168.200	-	-	-	168.200
<u>Depreciação</u>	(362.871)	(64.530)	-	-	(298.341)
Edificações	(278.278)	(47.710)	-	-	(230.568)
Móveis e utensílios	(84.593)	(16.820)	-	-	(67.773)
Saldo líquido	<u>994.667</u>	<u>(64.530)</u>	-	-	<u>1.059.197</u>

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Compreende a composição das obrigações sociais e tributárias os impostos, tributos e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento, conforme apresentada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
PIS a recolher	2.127	1.431
COFINS a recolher	13.087	8.804
IRPJ a recolher	-	-
IRF a recolher	66.719	47.515
ISS a recolher	224	66
INSS RF Seguridade Social	217	-
CSLL a recolher	34.440	14.891
Total	<u>116.814</u>	<u>72.707</u>

## TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

### 10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Juros sobre capital próprio a pagar (i)	1.401.612	2.766.081
<b>Total</b>	<b><u>1.401.612</u></b>	<b><u>2.766.081</u></b>

- (i) Os valores de Juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas da Companhia são calculados com base nos limites legais orientados pela Receita Federal do Brasil.

### 11. PROVISÕES PASSIVAS

A composição das provisões passivas está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para contingências tributárias	-	37.628
<b>Total</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>37.628</u></b>

As provisões de contingências escrituradas referiam-se ao risco de cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), relativo de operações de mútuo realizada entre a Companhia e suas coligadas.

Sabendo da existência deste risco tributário, caso estas transações eventualmente pudessem ser caracterizadas pela Receita Federal do Brasil como mútuo financeiro, a Administração realizou levantamento dos valores devidos sob esta rubrica, os quais referiam-se aos últimos 5 exercícios sociais, e, com isso, foi amortizada a totalidade do risco envolvido.

## TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

### 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, baseado no estatuto social e na terceira assembleia geral extraordinária é de R\$ 20.695.148, totalmente subscrito e integralizado, representado por 6.898.352 de ações ordinárias com direito a voto e 13.796.766 ações preferenciais.

	Cristina Demeterco Raad	Isabel Demeterco Raad Carneiro	Gabriel Raad	Total
Ações ordinárias A	-	3.449.176	3.449.176	6.898.352
Ações ordinárias B	-	15	15	30
Ações preferenciais	6.898.382	3.449.192	3.449.192	13.796.766
Total de ações	<u>6.898.382</u>	<u>6.898.383</u>	<u>6.898.383</u>	<u>20.695.148</u>
Participação %	<u>33,32%</u>	<u>33,34%</u>	<u>33,34%</u>	<u>100,00%</u>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### c) Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Companhia, os lucros e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os Acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia, respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles.

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95 a Administração pode optar por fazer distribuições de juros sobre o capital próprio a seus Acionistas, calculados com base

## TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

na variação da Taxa de Longo Prazo - TLP, imputando-os ao valor do dividendo se aplicável.

#### 13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Impostos e taxas	(162.872)	(68.392)
Prestação de serviço de terceiros	(74.192)	(66.404)
Manutenção de bens móveis e imóveis	(21.890)	(31.209)
Despesas com seguros	(1.625)	(1.829)
Despesas com depreciação	(64.530)	(63.269)
Despesas gerais	(1.121)	(1.132)
Reversão de provisão	37.628	37.628
<b>Total</b>	<b><u>(288.602)</u></b>	<b><u>(194.607)</u></b>

#### 14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<b>Total de Receitas Financeiras</b>	<b><u>3.452.478</u></b>	<b><u>1.426.958</u></b>
Rendimentos de aplicações financeiras	613.807	63.428
Outras receitas financeiras	23.354	127.540
Juros sobre contratos de mútuo	2.815.317	1.235.990
<b>Total de Despesas Financeiras</b>	<b><u>(584)</u></b>	<b><u>(3.718)</u></b>
Despesas bancárias	(584)	(3.608)
Juros passivos	-	(110)
<b>Saldo Líquido</b>	<b><u>3.451.894</u></b>	<b><u>1.423.240</u></b>

TERRA NOSSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em reais)

---

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.163.292	1.228.633
( + ) Adições	-	-
Consultoria e assessoria	-	-
( - ) Exclusões	(1.686.583)	(1.019.320)
Provisão para contingências	(37.628)	(37.628)
Juros sobre capital próprio	(1.648.956)	(981.692)
( = ) Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.476.709	209.313
( % ) IRPJ Alíquota 15%	221.506	31.397
( % ) IRPJ Adicional 10%	123.671	10.483
( % ) CSLL Adicional 9%	132.904	18.838
( = ) Total de despesas com IRPJ e CSLL do período	<u>478.081</u>	<u>60.718</u>

\* \* \* \* \*